

Uma visão geral sobre a educação brasileira

Sebastião Fontineli França

Mestre em Geografia, pela Universidade de Brasília.

Diretor de Ensino de Pós-Graduação da UPIS

Introdução

Com a chegada dos portugueses ao território brasileiro, a população autóctone começou a sofrer forte influência nas relações sociais principalmente no que diz respeito ao modo de vida e à educação, que eram completamente diferentes do que se via no outro lado do Atlântico. Até porque a única forma de organização que existia era a indígena, com sua língua e cultura próprias.

A partir da vinda dos primeiros contingentes lusitanos para o Brasil, o contato com povos aculturados era inevitável e os novos colonos precisavam de uma linguagem para que as relações sociais se dessem de maneira menos traumática. Dessa forma, os jesuítas fizeram o seu papel: introduziram a língua portuguesa como elemento imprescindível para que Portugal tivesse acesso às riquezas brasileiras. Os jesuítas permaneceram no Brasil, no período 1549 a 1759: mais de duzentos anos a serviço da educação, mas sem muitas conquistas na área. Nesse mesmo ano, foram expulsos pelo Marquês de Pombal, que prometia fazer mudanças profundas na educação da Colônia. Na verdade, foi a época de menor contribuição para a melhoria do ensino no Brasil.

A partir de 1808, com a chegada da família real, a educação começou a tomar novo rumo, isso porque a Corte portuguesa, instalada no Brasil, precisava criar estrutura para dar suporte à nova administração da Colônia. Poucas foram as realizações nesse seguimento, mas importantes para aquele momento político. Na fase monárquica, de 1808 a 1889, a educação não era prioridade para o Estado, uma vez que homens letrados colocavam em risco a própria soberania.

Somente a partir de 1889, com a Proclamação da República, a educação passou a ser prioritária, em decorrência do nível de desenvolvimento da época, que exigia cidadãos preparados, intelectualmente, para ocupar cargos na administração pública e também no setor privado. Novas classes sociais se engendraram e demandavam ensino de qualidade para seus filhos.

De 1889 aos dias atuais, a educação ainda está se moldando: momentos oscilantes marcaram e ainda marcam a educação no País. Os governos, há poucas épocas, finalmente perceberam que a educação é ferramenta imprescindível para a formação de uma sociedade justa e capaz de responder às mudanças que ocorrem no mundo contemporâneo. Sabe-se que a educação é a base do desenvolvimento econômico, político e social; é instrumento para reduzir as desigualdades e a criminalidade. Mas, o problema apresenta-se extremamente complexo. Por exemplo, apesar de a questão educacional brasileira apresentar 97% dos alunos com acesso ao ensino fundamental, apenas 52% deles conseguem concluí-lo. E, quando o enfoque é alfabetização, as preocupações aumentam: as estatísticas oficiais mostram que em 2003 apenas 4,8% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental eram plenamente alfabetizados; 39,7% medianamente sabiam ler e 55,5% não podiam ser considerados na plenitude da alfabetização.

Mas, o Ministério da Educação implementa melhorias em todos os níveis: da educação: da básica à superior, nesta incluindo o nível de pós-graduação, que forma docentes e pesquisadores.

Este trabalho pretende mostrar como se deu o processo de educação no Brasil, desde 1549, com a chegada dos jesuítas no Brasil, até os dias atuais. Não é contemplado, no entanto, todo o processo, mas apenas momentos em que o ensino superior se apresentou essencial.

1 O período colonial brasileiro (1500-1822): a escola jesuítica

A educação que migrou para os "bancos escolares" do Novo Mundo tinha forte influência da Bíblia Sagrada. Em 8 de abril de 1546, durante a IV sessão do Concílio de Trento, o clero ali reunido foi contra a tese de Martinho Lutero, para quem "a Escritura Sagrada era a única regra de fé e prática dos cristãos" e que a sua leitura deveria ser feita de forma individualizada. Lutero, na verdade, queria dizer que a interpretação da Palavra pelo clero poderia deixar dúvidas quanto à originalidade e à legitimidade dos fatos narrados pelos escritores. Em contrapartida, o Concílio manteve os dogmas papais e que a transmissão da Palavra deveria ser feita oralmente, uma vez que a considerava como sendo a própria Palavra de Deus, sem invenção humana. O poder da oratória era tão grande que havia instrução específica para que os jesuítas transmitissem, com eficácia, a Palavra aos seus "seguidores". Era considerada ferramenta imprescindível na persuasão.

A transmissão oral da Palavra de Deus tinha forte conteúdo de dominação da Metrópole em relação aos povos conquistados, e os jesuítas tiveram papel importante nesse trabalho: persuadiam as populações autóctones a se converterem ao cristianismo, processo pedagógico esse que facilitava o trânsito dos conquistadores nas terras ocupadas, como ocorreu a partir de 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega (Hansen, 2000: 19).

A presença dos jesuítas nesses territórios corroborava a idéia de que Deus era a única fonte de toda a sabedoria, e que dela viria a aceitação de subordinação e de respeito aos poderes constituídos, ou seja, aos reis (HANSEN, 2000: 19).

Segundo Paiva (2000: 43), "o colégio e a universidade, nesse tempo, eram destinados a pouca gente", e "há que se buscar na história portuguesa e no seu desdobramento em terras brasileiras o lugar que a escola ocupou na organização social". Em princípio, a educação objetivava atingir pequena parcela da sociedade colonial: os indígenas. Entretanto, nesse período da história brasileira, a sociedade começava a se mesclar: índios, negros e europeus, dando início a nova estrutura social, mas sem deixar de lado o preconceito em relação a negros e índios, tendo esses tratamento desumano. A educação imposta pelos jesuítas visava, no primeiro momento, atender aos nativos, mas o rumo dos acontecimentos mudou essa estratégia: passou a formar professores missionários e letrados, que iriam fazer parte de uma elite capaz de contribuir com os desígnios da colônia.

Mesmo em terras longínquas, os portugueses se faziam presentes, procuravam estabelecer sua forma de vida, de maneira impositiva, por meio das letras e da religião. "O serviço de Deus e o serviço d'El Rei" reforçavam o poder do Estado português. O "sistema educacional" era rígido e tinha a função de preservar a cultura da metrópole, em detrimento das culturas autóctones (PAIVA, *et alli*, 2000:51).

Em relação à funcionalidade da educação implantada pelos padres jesuítas no Brasil, Romanelli (1998: 34) nos mostra a desconexão que existia entre o ensino e as práticas laborais, ou seja:

O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como Fernando de Azevedo), não podia, por isso mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo.

Não obstante, esse descompasso no ensino implantado no Brasil-Colônia era fruto do próprio sistema de ensino de Portugal. A educação era arcaica, uma pedagogia autoritária, monopolista no ensino, forjada pela Companhia de Jesus. A diferença intelectual entre Portugal e os países da Europa era tão marcante que se refletia, inclusive, na própria economia, razão pela qual surgiram movimentos contrários à permanência dos jesuítas nos territórios portugueses.

No período colonial não havia ainda propagação de colégios para pretendentes ao curso superior, a não ser para o clero. Apenas alguns colégios ofereciam essa opção, principalmente para filhos de senhores de engenho, funcionários públicos e artesãos, embora muitas pessoas procurassem se especializar no outro lado do Atlântico, na Universidade de Coimbra que, indubitavelmente, era inferior às universidades européias, mas com papel importante na formação das elites coloniais brasileiras (PAIVA, *et alli*, 2000:152).

No mosaico de opções, o ensino de Artes e Teologia fazia parte do rol de cursos superiores oferecidos no território colonial e traziam fortes conteúdos de Lógica, de Física, de Matemática, de Ética e de Metafísica. Ressalta-se que não havia, por parte do governo português, interesse em criar universidades no Brasil-Colônia, uma vez que os ideais iluministas poderiam impregnar os sentimentos de independência.

2 O período pombalino (1750-1777): a estagnação do ensino no Brasil

Em meados do século XVIII, tendo em vista as transformações políticas e econômicas ocorridas na Europa, Portugal vinha perdendo receitas provenientes das exportações. Em decorrência do Tratado de Methuen, de 1703, D. José I (1750-1777) nomeou como primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Com invejável experiência política, engajou-se em promover mudanças estruturais no ensino português, que acabariam repercutindo na vida das colônias. A recuperação econômica da metrópole e a modernização da cultura em todas as possessões portuguesas estavam nos seus planos estratégicos.

Entretanto, o período pombalino no Brasil não foi tão importante quanto se esperava. Foi marcado pelo profundo retrocesso da educação, em Portugal e suas colônias: o ensino ministrado, de péssima qualidade; os professores, mal remunerados e pouco preparados para assumir funções na administração da Colônia. Para tentar minimizar a situação em que viviam os professores, Pombal criou o “subsídio literário” (taxação sobre carne verde, vinho, vinagre e aguardente) que, no seu entendimento, poderia manter o sistema educacional pretendido. Porém, o resultado foi desastroso, uma vez que havia irregularidade na cobrança, o que refletia no atraso da remuneração que cabia aos professores.

Também nesse contexto, a permanência dos jesuítas na Colônia chegava ao fim. Marquês de Pombal expulsou, em 1759, a Companhia de Jesus do território luso, e rompeu com a estrutura de ensino que reinava na época. Os jesuítas encerraram suas atividades e abandonaram as terras brasileiras, deixando enterrados seus sonhos: implantar ensino baseado nos princípios religiosos. O pouco que restava, em termos de instrução, desapareceu. Pombal conseguiu dismantlar toda a estrutura educacional montada pelos jesuítas, levando o Brasil ao mais profundo abismo intelectual.

Na verdade, Portugal tinha suas razões para mudar o rumo da educação, que se fundava, unicamente, nos princípios religiosos. Entenderam os portugueses que o modelo jesuítico de educação implantado fora responsável pela decadência econômica e social, em relação às demais nações européias; isso porque a Companhia de Jesus era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo, e que educava o cristão a serviço da ordem religiosa e não dos interesses do reino (RIBEIRO, 1995: 33).

Segundo Ribeiro (1995: 33), “do ponto de vista educacional, a orientação adotada na administração de Pombal foi de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos fazendo com que um maior número se interessasse pelos cursos superiores; propiciar o aprimoramento da língua portuguesa; diversificar o conteúdo, incluindo o de natureza científica; tomá-los mais práticos possíveis”, uma vez que esses cursos deveriam focar, também, o mercado de trabalho. Para aqueles que pretendiam cursar o ensino superior, a saída era enfrentar uma longa viagem à Europa e freqüentar a Universidade de Coimbra. Essa, portanto, era a realidade no campo da educação no período pombalino.

3 O período joanino (1808-1821): o passaporte para a emancipação política do Brasil

Foi o período que marcou profundamente a vida política do Brasil, em decorrência de razões políticas no outro lado do Atlântico. Portugal viu-se frente ao Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, no início do século XIX. Esse evento forçou a Família Real a fugir, com apoio da Inglaterra, para o Brasil. A administração de D. João perdurou de 1808 a 1821, período conhecido como “joanino”.

Em 1808, o governo imperial fez mudanças profundas na administração e no sistema educacional vigentes. Foram criadas instituições para dar sustentação à Corte. A criação da Imprensa Régia (1808), da Biblioteca Pública (1810), do Jardim Botânico do Rio (1810), do Museu Nacional (1818). No campo da imprensa, circulou o primeiro jornal (*A Gazeta*), a primeira revista (*As Variações ou Ensaios de Literatura*, em 1812) e, em 1813, a primeira revista carioca, *O Patriota* (RIBEIRO, 1995: 40).

Nesse contexto, surgiram os primeiros embriões da educação superior formal no Brasil: foram criados os cursos de cirurgia e economia em Salvador, em 1810; a Academia Real Militar e o curso de agricultura, em 1812; o curso de química, em 1817; o curso de desenho técnico, em 1818, a Escola de Serralheiros. Esses cursos não eram ministrados em universidades, até porque ainda não existiam; eram consideradas tão-somente cátedras isoladas de ensino superior, que formavam profissionais para atender às necessidades do governo imperial. O ensino consistia em três níveis distintos: primário, secundário e superior. Esse último, sem dúvida, foi o que teve maior atenção da Corte.

É importante ressaltar que a educação que se desenhou no Brasil durante o governo de D. João continha forte conteúdo ideológico europeu e discriminativo no sentido de apenas formar quadros de profissionais importantes para as elites aristocrática e da Corte, em detrimento das classes inferiores. Mas tudo isso se acomodava dentro de uma estrutura educacional que pressupunha liberdade e autonomia nas ações voltadas para as questões educacionais; pelo menos esse era o discurso da época (ROMANELLI, 1998: 38-39).

Em 1820, Portugal passava por mais uma experiência política; pretendia restabelecer a ordem, alterada quando a Família Real transferiu-se para o Brasil, em 1808. Segundo entendimento da sociedade portuguesa, foi um ato desfavorável e prejudicial à economia e à soberania nacionais, uma vez que o País ficou nas mãos dos ingleses.

Dessa forma, os portugueses se organizaram e deram início ao movimento denominado Revolução do Porto ou Revolução Liberal do Porto. Pretendiam, dentre outros aspectos, o imediato retorno da Corte para Portugal, como forma de restaurar o trono, a dignidade do povo português e a exclusividade de comércio com o Brasil. Na verdade, esse movimento pretendia retomar o Brasil com o *status* de Colônia, praticamente perdido com a transferência da Família Real, em 1808. Assim, em 24 de abril de 1821, D. João retorna a Portugal, deixando em seu lugar o filho, herdeiro natural do trono, D. Pedro (Príncipe Regente do Brasil), que deu continuidade ao processo de emancipação política do Brasil.

4 O período imperial (1822-1889): o reflexo da economia na educação

Neste tópico, serão apresentadas, genericamente, apenas algumas ações voltadas à educação. O Brasil passava por crise econômica que praticamente inviabilizava a implementação de melhorias no ensino, também corroborado pela falta de interesse do próprio governo imperial, que dava pouca atenção aos problemas educacionais.

O período imperial, de 1822 a 1889, teve início no dia 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro I declarou a Independência do Brasil. Naquele dia, nasceu mais uma nação soberana, ainda sob o regime monárquico. Era o primeiro passo para a emancipação política, corroborado pela primeira Constituição, outorgada em 1824. Essa Constituição estabelecia um governo monárquico, hereditário, constitucional, representativo e afirmava que “o império é a associação política de todos os cidadãos brasileiros”. No que

diz respeito à educação, a Constituição de 1824, em seu Art. 179, instituía a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” e pela criação de “Colégios e Universidades”, que ensinavam os elementos das ciências, Belas Artes e Artes.

A cada ano que passava, no decorrer do império, o Brasil ficava mais distante de promover ensino de qualidade. A população aumentava, mas a quantidade de escolas era insuficiente para atendê-la. A qualificação dos professores era outro fator degradante, uma vez que não havia aprimoramento. No plano econômico, a educação não teve trânsito, pois faltavam recursos até para as áreas prioritárias. Em 1826, por meio de decreto, o governo imperial instituiu quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias.

No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro II foi aclamado novo rei do Brasil, com 5 anos de idade. Como não tinha idade para assumir o cargo de imperador, estabeleceram-se as chamadas Regências, que duraram de 1831 a 1840, quando foi antecipada a maioridade do monarca. Durante esse período, o País se encontrava em crise política sem precedente, principalmente pelos avanços antiimperialistas das províncias, herdados do primeiro reinado.

O segundo reinado não foi muito diferente do anterior. A educação continuou tendo pouca atenção. Mas, considerando que D. Pedro II era bem mais culto do que seu pai, criou e reformulou escolas e faculdades. Fundou, em 1838, o Instituto Histórico e contribuiu para o desenvolvimento da cultura nacional. Com relação à educação, permaneceu estagnada. No entanto, durante o seu reinado, foram criadas as primeiras escolas normais, que tinham como objetivo preparar melhor o docente: em 1835 (Niterói), 1836 (Bahia), e em 1845 (Ceará).

Quanto ao ensino superior, alguns esforços de melhoria: foi criado um curso jurídico, na condição de provisório, e alguns projetos na área médica. No tocante à área científica, foi instalado, em 1827, o observatório astronômico. Em 1831, inaugurou-se a Academia de Belas Artes (RIBEIRO, 1995:50).

Com a descentralização autorizada pela Constituição de 1834, que delegou às províncias o direito de regular e promover a educação primária e secundária, a educação passou por momentos difíceis. Nesse contexto, inserem-se os liceus, em decorrência das antigas aulas régias, que compreendiam o estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja; era forma embrionária do ensino público no Brasil. Com a falta de recursos, as províncias se achavam impossibilitadas de criar redes organizadas de escolas. Com a incompetência do governo, a iniciativa privada começou a atuar no ensino secundário, deixando para o Estado o ensino primário. Esse último nível, por sua vez, não apresentou bons resultados, o que levou, praticamente, ao abandono das escolas. Por outro lado, o acesso às escolas secundárias só era possível às pessoas de nível sócio-econômico mais elevado. Os colégios secundários, na verdade, tinham mais a função de preparar candidatos aos exames de admissão aos cursos superiores, a exemplo do Colégio D. Pedro II, criado em 1837.

A partir de 1840, em decorrência do sucesso da lavoura do café, a economia nacional começou a dar bons resultados. Saiu de uma situação econômica de base rural-agrícola para urbano-agrícola-comercial. Não obstante, essa nova função econômica assumida pelo Brasil, requeria atenção especial quanto ao aspecto competitivo, uma vez que se desenhava nova matriz econômica: o café.

Nesse novo cenário econômico do Brasil, as cidades apresentavam pontos positivos, advindos do crescimento capitalista interno. Fernandes (*Apud* RIBEIRO, 1995: 53), diz que eles promovem:

uma reorganização do sistema de trabalho urbano, fazendo surgir novas categorias econômicas de relativa importância;

uma atração sobre significativo contingente populacional: de rendas altas e médias, de origem nativa (rebentos de famílias tradicionais empobrecidas) ou estrangeira (que em sua maioria iria operar as várias posições do complexo comercial-financeiro); de renda baixa, de origem estrangeira (comércio, ocupações artesanais, serviços, inclusive públicos) e nacional, escravos forros e os vários tipos de libertos (serviços domésticos, trabalho artesanal, serviço por aluguel, inclusive prostituição, comércio ambulante).

Indubitavelmente, os aspectos sócio-econômicos citados por Fernandes (1975) demonstram haver uma recuperação e uma retomada da economia nacional, de importância fundamental para a consolidação da monarquia. O avanço econômico refletiu-se na educação. O Estado criou a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, que tinha por finalidade fiscalizar e orientar o ensino público e particular; estabeleceu normas para o exercício da liberdade de ensino e implementou um sistema de preparação de professores para o ensino primário. Reformulou os estatutos do Colégio de Preparatórios e universalizou os programas e livros, com base nos utilizados nas escolas oficiais. No processo de crescimento, entretanto, devem ser consideradas a participação dos partidos políticos e a atuação de homens notáveis, a exemplo de Eusébio de Queirós (RIBEIRO, 1995: 55).

Com relação ao ensino superior, ainda predominava a “importação intelectual”, ou seja, os modelos educacionais adotados nos países centrais tinham trânsito assegurado nas escolas brasileiras. Os cursos superiores não tinham a preocupação na vinculação entre teoria e prática e não havia instituições que se dedicassem à pesquisa científica. Em 1841, com a reforma Antônio Carlos, a pesquisa científica passou a ter maior importância. Ressalta-se que a investigação científica era realizada por institutos de pesquisa e sem nexos com o ensino superior.

A partir de 1850, sob influência inglesa, que precisava aumentar o seu mercado consumidor, o Brasil enfrentou forte pressão para extinguir o trabalho escravo, uma vez que ele contribuía para baixar o preço da produção final e, com isso, prejudicava a economia da Inglaterra. Em decorrência desses acontecimentos, a escravidão foi extinta no Brasil, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, acabando definitivamente com o tráfico negreiro. Com a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, deu-se a abolição da escravatura no Brasil.

Essa mudança nas relações de trabalho contribuiu também para que o Brasil fosse considerado competitivo perante as demais nações independentes e que pudesse receber investimentos e maquinários para melhorar o seu processo industrial, como afirma Reis Filho (*Apud* RIBEIRO, 1995: 64):

A consolidação desse desenvolvimento econômico manifesta-se de imediato com o contato mais intenso com a Europa, fonte fornecedora não só dos novos maquinários e instrumentos, que importávamos, mas também das novas idéias que passaram a circular no acanhado meio intelectual dos meados do século XIX brasileiro.

A influência estrangeira não se deu apenas nas relações econômicas, mas também na educação. A França, aproveitando o momento que lhe era propício, exportou suas idéias de evolução com o darwinismo biológico, o positivismo e o materialismo filosófico e político. Da mesma forma, a Alemanha apresentou modelo universitário voltado para formar elite intelectual de alto nível. A característica principal do modelo alemão era dar plena liberdade de ensinar e de aprender. “O Estado cria e mantém as universidades, mas não lhes dita doutrina, não intervém na administração, ficaria inteiramente autônoma”. Reis Filho (*Apud* RIBEIRO, 1995: 66). Esses modelos, por serem importados, não refletiam a realidade do Brasil, razão pela qual os resultados não eram satisfatórios. No entanto, esses países enviaram grandes contingentes de cientistas e pesquisadores para o País.

Em outro contexto, os Estados Unidos se apresentaram também como modelo a ser adotado na educação brasileira. Criaram colégios com princípios religiosos e ideais positivistas, modelos esses que traziam fortes influências européias. Mesmo com tais características, o modelo americano era menos doutrinário e centrava seus objetivos nos aspectos didáticos.

Encerrando o período governado pelos imperadores Pedro I e Pedro II, constata-se que pouco foi feito em relação à educação no Brasil, em todos os níveis e principalmente no nível superior. Ficou claro que a educação não era considerada prioritária nas ações dos monarcas.

A partir de 1889, com a Proclamação da República, a educação tornou-se prioridade para o Estado, que também sofria pressão da própria sociedade, desejosa de mudanças estruturais no sistema de ensino, uma vez que a realidade nacional assim exigia.

5 Período republicano: novas perspectivas para o ensino superior

Com a proclamação da República, implantou-se no Brasil nova filosofia de Estado: a federação. Em 15 de novembro de 1889, mediante golpe de Estado, o Brasil saiu do regime monárquico e passou para o republicano. Em tal contexto, o governo provisório assinou o Decreto nº 1, declarando “que as antigas províncias ficavam reunidas pelos laços da federação, constituindo os Estados Unidos do Brasil” (MALUF, 1993: 361). Cada estado da federação passou a ter sua própria constituição, com governos eleitos e forças políticas autônomas.

Com a ampliação e diversificação dos serviços prestados pelo poder público, a educação teve papel fundamental na busca da consolidação, ainda que recente, do novo regime. As classes sociais dominantes naquele período, a exemplo dos latifundiários e colonos estrangeiros, que se beneficiavam das condições econômicas favoráveis, precisavam de escolas para seus filhos, pois era o momento apropriado. Na verdade, a educação começou a assumir sua verdadeira função: preparar o cidadão para desempenhar atividades nos setores públicos e privados.

As transformações ocorridas na área educacional, no início da República, foram positivas. Houve demanda para os cursos secundários e superiores, processo que, obrigatoriamente, forçou a abertura de novas escolas e faculdades. Estas, por sua vez, começaram a ser priorizadas também pelos estados federados. O acesso ao ensino superior era mais democrático, menos complicado e de caráter nacional. No entanto, a flexibilização comprometeu a qualidade do ensino, que admitia candidatos sem conhecimento para acompanhar um curso superior.

Para frear o acesso de candidatos inabilitados, que comprometiam a qualidade do ensino no País, foi assinado o Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911, que estabeleceu normas a respeito. Foi a Reforma Rivadávia Correia, cujos objetivos eram desoficializar e conter a invasão de candidatos sem habilitação. Com o Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, o acesso indiscriminado ao ensino superior foi barrado. Foi estabelecido o critério de seleção e classificação porque, até então, não havia limite de vagas: todos os que passavam tinham lugar garantido.

No período entre 1932 e 1950, o País enfrentou crises políticas que marcaram a sua história. Em 1932, a Revolução Constitucionalista de São Paulo, a criação do Estado Novo por Vargas, em 1937 e, no mesmo pacote político veio a Constituição autoritária, que perdurou até 1945.

No que diz respeito a universidades, a primeira criada no País foi a de Manaus, em 1909, momento em que a exploração da borracha moldava nova classe social: os “Barões da Borracha”. Com o apoio dessa classe, foram criados os cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. Mas, com a decadência do ciclo econômico, a Universidade de Manaus foi extinta em 1926 e suas atividades incorporadas à Universidade Federal do Amazonas. Outras universidades foram criadas: a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade de Minas Gerais e a Universidade de São Paulo.

A universidade brasileira começou a tomar corpo a partir de 1931, principalmente após o presidente Getúlio Vargas ter criado o Ministério da Educação e Saúde, cujo primeiro titular foi Francisco Campos, que aprovou o Estatuto das Universidades Brasileiras. Por meio deste ato, a universidade passou a ter mais autonomia e, quanto à natureza jurídica, ser pública ou privada. O Estatuto também priorizou o ensino de pós-graduação, mas com base nas filosofias européia e americana, longe da realidade brasileira (SUSANA, 2002: 34).

Quanto à pesquisa, três eventos importantes devem ser enfocados: a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); em 1948, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – hoje Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas em 1951. Esses três órgãos, indubitavelmente, representaram passo importante para o ensino superior, principalmente porque a pesquisa começava a ser institucionalizada e os cursos de pós-graduação se alinhavam às necessidades do País.

6 O ensino de pós-graduação no Brasil

Para diminuir a distância entre ensino e pesquisa, nasce uma nova concepção de ensino no Brasil: a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Várias faculdades se reuniram numa só instituição e formaram sistema integrado de educação, consolidando-se no maior centro de ensino e pesquisa do País.

A Universidade de Brasília, criada em 1961, logo após a transferência da Capital do Rio de Janeiro para Brasília, nasceu com objetivos próprios e modernos. Ela não congregou várias faculdades, a exemplo da USP, numa só instituição: foi concebida dentro de um projeto integrado, arrojado e com propósitos da investigação científica.

Quanto à terminologia “pós-graduação”, o Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil, na década de 40, já fazia menção ao termo “pós-graduação”; e na década de 50 surgiram os primeiros acordos internacionais, iniciando-se entre Estados Unidos e Brasil, com a participação de professores, pesquisadores e alunos.

Mas, foi a partir de 1960 que a pós-graduação brasileira começou a tomar corpo, não com projetos políticos próprios, com base nas necessidades nacionais, e sim com forte influência das universidades européias e americanas, destacando-se as últimas como modelo a ser adotado. Essa influência, entretanto, se dava no momento em que se configurava acentuada disparidade em relação à ciência e tecnologia, entre países centrais e periféricos, e que não havia interesse de se repassar conhecimentos científicos para países considerados atrasados, uma vez que faziam parte de grande rede de mercados consumidores. Isso era importante para os países ricos. Em contrapartida, os trabalhos científicos desenvolvidos nos países periféricos tinham como alvo as economias modernas, até porque não havia quadros de pesquisadores nacionais de renome.

Com a queda do regime democrático no País, a partir de 1964, a educação nacional entrou em fase de retrocesso. A pouca autonomia que tinham, as universidades brasileiras perderam-na no período considerado ditatorial. Conteúdos curriculares importantes foram substituídos por assuntos de cunho ideológico do Estado sem, contudo, levar em conta as reais necessidades educacionais da sociedade. Além disso, veio a pulverização de faculdades privadas, com estratégia ideológica adversas aos ideais comunistas. A disseminação de faculdades privadas enfraquecia a liderança considerada tendenciosa e contrária aos interesses do governo militar, naquele momento.

O ensino de pós-graduação no Brasil, em contradição com a graduação, era visto com bons olhos, principalmente porque os governos militares precisavam formar profissionais de alto nível para a demanda do Estado. Os seguintes fatores foram decisivos para a implantação da pós-graduação no Brasil, no período ditatorial (SUSANA, 2002: 40):

- a) valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares;
- b) liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil. No primeiro momento, as bolsas de mestrado e doutorado destinavam-se a formar docentes pesquisadores no exterior e, mais tarde, para estudantes de pós-graduação em programas nacionais;
- c) atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento), interessados no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, ambos criados em 1951;
- d) escolha das universidades públicas, como o lócus principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no País. A carreira docente, no setor público, passou a estimular a titulação e a produção científica dos professores

- e. universitários sendo, a sua profissionalização, assegurada pela possibilidade de virem a obter o Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva. Essas medidas tornaram a carreira do magistério universitário público suficientemente compensadora para atrair jovens mestres e doutores para as atividades acadêmicas;
- f. autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado. A flexibilidade ou “desinstitucionalização” foi característica dos programas e facilitou o seu desenvolvimento;
- g. processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas;
- h. criação de várias associações nacionais de pesquisa e pós-graduação nos diversos ramos do conhecimento. Os encontros anuais dessas associações, apoiados financeiramente por agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciaram a integração da comunidade científica de áreas, oriundas de diferentes regiões e universidades do País;

Em pleno regime militar, e considerando a falta de políticas nacionais sobre cursos de pós-graduação, o Ministro da Educação e Cultura, com o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação, estabeleceu a pós-graduação no País, em meio à falta de definição sobre sua natureza. Esses cursos foram projetados com base em modelos norte-americanos, a exemplo do *master* e *doctor*, cujo objetivo era, segundo orientação do próprio Ministro: “formar pesquisadores e docentes para atuarem em cursos superiores” (SCIELO, 2007). Essa orientação, portanto, não correspondia com a realidade dos fatos. As pesquisas e publicações realizadas no Brasil, por adotarem o modelo dos países centrais, procuravam atender a seus interesses. Era tão forte a influência internacional na política educacional brasileira, principalmente em relação à pós-graduação, que os próprios estrangeiros questionavam a dependência que havia. Segundo Hamburger: “As normas das revistas internacionais foram estabelecidas nos países desenvolvidos e traduzem as necessidades desses países, e somente delas. Os trabalhos realizados no Brasil, seguindo essas normas, estarão mais ligados às sociedades desenvolvidas do que à sua própria comunidade” (1980: 86).

A importação terminológica, no que se refere à pós-graduação, ainda é realidade no Brasil. MBA, a sigla inglesa para *Master in Business Administration*, foi incorporada pelo Ministério da Educação na década de 80 e considerada como pós-graduação *lato sensu*. A concepção do curso nos modelos americano e brasileiro apresenta diferenças marcantes. O MBA americano tem nível de mestrado *stricto sensu*, enquanto o brasileiro se enquadra no rol de curso *lato sensu*, conforme Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação. Os cursos de MBA, pela característica de preparar profissionais para o “mundo” dos executivos, ganharam importante fatia no campo da pós-graduação.

Nas décadas de 70 e 80, o governo federal instituiu os PNPG (Plano Nacional de Pós-Graduação), que tinha por objetivo diagnosticar os problemas que permeavam o ensino de pós-graduação. Com a instituição desses PNPGs, o governo implementou metas para, por meio da pós-graduação, fomentar o sistema produtivo e o setor público do País. Quatro PNPGs foram idealizados, mas apenas três se concretizaram, sendo eles: o I PNPG (1975-1979), o II PNPG (1982-1985) e o III PNPG (1986-1989). O IV PNPG não chegou a ser implantado, por problemas de ordem política e econômica.

Cada PNPG teve características que identificavam os objetivos a serem alcançados, conforme as condições políticas e econômicas que se apresentavam no momento. O I PNPG, por exemplo, contava com recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado em 1969, com o objetivo de institucionalizar a pós-graduação no País e expandir o ensino superior, de forma equilibrada, entre as regiões. O FNDCT tinha como função “apoiar e financiar projetos a serem definidos pelo Conselho Científico e Tecnológico” (BRASIL, MEC, 2005).

Segundo Romeo (2004), “no momento da implantação do I PNPG, em 1975, o Brasil tinha 50 instituições de ensino superior nas quais funcionavam 195 cursos de mestrado e 68 de doutorado que, até 1973, já havia titulado cerca de 3.500 mestres e 500 doutores” Esse avanço foi em decorrência do programa de bolsa de tempo integral para os alunos e de melhor qualificação do corpo docente das universidades.

O II PNPG, seguindo a trajetória de melhoria, tinha como alvo a qualidade do ensino de pós-graduação, com a participação da comunidade científica nas decisões políticas do setor. O II PNPG apresentou resultados positivos, principalmente na implementação do processo de avaliação. No III PNPG, a pesquisa era considerada indissociável da pós-graduação, e sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia se fazia necessário. Com relação ao IV PNPG, por falta de continuidade das políticas voltadas para o ensino superior, não foi implantado.

Quanto à eficácia dos PNPGs, mesmo considerando as divergências políticas e os recursos financeiros reduzidos, foi altamente positiva; principalmente em termos de qualidade, porque colocou a pós-graduação no devido lugar, resultando em:

- integração da pós-graduação no interior do sistema universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa em diversas instituições;
- aumento da capacitação do corpo docente do ensino superior, por meio de programas direcionados para essa finalidade;
- construção de um amplo sistema de bolsas no País e no exterior, que tem contribuído para a qualificação e reprodução do corpo docente e de pesquisadores;
- estruturação de uma política de apoio financeiro aos programas de pós-graduação;
- participação sistemática de representante da comunidade acadêmica nos processos de formulação da política de pós-graduação;
- implantação de um sistema nacional de avaliação dos programas realizado por meio de julgamento de pares;
- integração do ensino à pesquisa, estabelecendo-se um número limitado de disciplinas articuladas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos;
- fortalecimento da iniciação científica;
- criação de eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses; e
- articulação da comunidade acadêmica nacional com relevantes centros da produção científica internacional (BRASIL, MEC, 2005).

7 A pós-graduação à luz da LDB (Lei nº 9.394)

O Art. 44, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trata especificamente do ensino de pós-graduação, “que compreende programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outro, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino”.

A pós-graduação, quanto aos níveis, dividem-se em:

Stricto sensu

Esse nível é composto pelo mestrado e doutorado, que tem objetivo de desenvolver e aprofundar a formação, conduzindo à obtenção de grau acadêmico de mestre e doutor.

Existem duas modalidades de mestrado: um acadêmico e outro profissional. O mestrado acadêmico tem duração mínima de um ano e exige a realização de dissertação em determinada área de concentração, com defesa. Após o término, confere o diploma de Mestre. Já o mestrado profissional, como o próprio nome já diz, prepara o profissional para o mercado de trabalho. Nesse caso, o curso articula o ensino com a aplicação profissional. Exige a apresentação de trabalho final, sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, entre outros, conforme as especificidades das áreas.

O Doutorado também se insere no contexto da pós-graduação. Nesse nível, o doutorando adquire sólida formação nos campos científico ou cultural. A pesquisa é fortemente trabalhada. O tempo de duração é de quatro anos e confere o diploma de Doutor.

Lato sensu

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* contemplam duas modalidades: os de especialização e os chamados MBA “Master in Business Administration”. Esses cursos são oferecidos a candidatos que tenham concluído a graduação. Têm duração de 360 horas, não computado tempo de estudo individual ou em grupo, bem como o tempo destinado à elaboração, individual, de monografia ou trabalho de conclusão de curso. Mesmo considerando que esses dois cursos têm o status de pós-graduação, os primeiros se caracterizam pela formação e aprofundamento numa área específica; os segundos preparam os profissionais da área dos negócios.

8 A importância da pós-graduação

A pós-graduação representa, nos dias atuais, grande marco limitador no campo das relações sociais. Ser pós-graduado no contexto da globalização representa diferencial importantíssimo na vida profissional, uma vez que o mercado se especializa a cada dia, o que requer constante atualização nos diversos campos do saber. Hoje, ter apenas a graduação não representa garantia de emprego, porque esse nível acadêmico não contempla, em profundidade, os conhecimentos necessários ao bom desempenho nas organizações. Na graduação, o aluno adquire apenas os conhecimentos básicos de sua ciência e de sua profissão. Nesse plano, dificilmente se poderia alcançar superior competência nas especializações científicas ou profissionais.

Na verdade, a pós-graduação é a consolidação de determinado campo do saber que teve início na graduação, agora estudado de forma aprofundada e com caráter exploratório no campo das ciências. É também no nível de pós que o aluno demonstra criatividade e senso crítico, porque a competitividade é bem maior e as especialidades científicas ou técnicas exigem profissionais capacitados.

Considerações finais

De 1549, com a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, até os dias atuais, a educação brasileira vivenciou momentos de turbulências, de calmas e de avanços, em decorrência de modelos políticos e econômicos engendrados no País. Em três momentos, a educação no Brasil, marcou as relações da sociedade com o Estado, que se estabeleceram de forma fragmentada, unilateral: o ensino ministrado atendia mais aos interesses das classes dominantes, em detrimento da sociedade que se formava.

Com relação aos três momentos referidos, a educação proposta pelos diversos regimes políticos, experimentados no Brasil, recebeu pouca atenção dos governantes. Entretanto, não se pode recriminar completamente a forma com foi implantada, e muito menos desconsiderar o trabalho que os primeiros educadores, a exemplo dos jesuítas, desenvolveram, mesmo sabendo de seus interesses.

Neste contexto, há que se refletir: ora, se não tivemos um modelo próprio de educação, não poderíamos ter, necessariamente, ensino de qualidade, até porque o modelo trazido pelos portugueses era inferior em relação ao restante da Europa.

Em contrapartida, deve ser enaltecido o trabalho dos professores que desenvolveram suas atividades nesses três momentos, considerando os percalços enfrentados: ora por incompatibilidade político-partidária, ora por falta de recursos didático-pedagógicos ou até mesmo por natureza remuneratória.

Além do incansável trabalho dos docentes - sem, contudo, menosprezar o pouco que foi feito em relação à educação nos períodos monárquicos, e em alguns momentos do republicano - alguns avanços ocorridos nas áreas de ensino e pesquisa se destacaram, embora ainda sejam necessários investimentos para atingir nível compatível com os interesses do País: galgar posição de destaque no concerto das nações, equiparando-se aos países ricos. Infelizmente, a educação brasileira que adentrou o século XXI deixa ainda de contemplar as classes menos favorecidas: escolas que não apresentam o mínimo de infraestrutura, quadros de docentes e funcionários despreparados para o exercício de suas funções, por falta de uma política voltada para o setor educacional, principalmente para o ensino básico.

Quanto ao ensino superior, por ter público mais elitizado, o governo volta suas atenções para a universalização desse nível, considerando que o mercado de trabalho é mais exigente quanto à qualidade. Não obstante, com a universalização, essa mesma qualidade é colocada em cheque, uma vez que o ensino ministrado em muitas instituições educacionais do País ainda está aquém do ideal.

Quanto ao ensino de pós-graduação, vem se destacando no campo da educação. As instituições públicas e privadas têm investido nas modalidades *strictu* e *lato sensu*, para atender às exigências do mundo contemporâneo. É nesse nível que as pessoas se especializam e se preparam para ocupar cargos mais altos na sociedade.

Em síntese, o grande problema que assola a educação brasileira é a falta de política universalizada, que englobe todos os sistemas educacionais, sejam eles federal, estaduais e municipais.

Referências

- BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Pós-Graduação** – PNGP 2005-2010: Ministério da Educação: Brasília: CAPES, 2005.
- _____. Leis e Decretos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DOU 23/12/1996.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. 2ª edição., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. In: RIBEIRO, Maria. L. Santos. **História da educação brasileira**. 14ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- FILHO, Luciano M. de Faria; VEIGA, Cynthia Grive. 500 de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição. 608p. (Coleção História).
- HAMBURGER, E. **Para que pós-graduação?** Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 86. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 83, p.627-641, agosto 2003).
- HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FILHO, Luciano M. de Faria; VEIGA, Cynthia Grive. **500 de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição. 608p. (Coleção História).
- MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 22ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1993.
- OLIVEIRA, Marcos Marques de. **As Origens da Educação no Brasil**. Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a03.pdf> (Acesso em: 22/10/2007).
- PAIVA, José Maria. Educação jesuíta no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane M. Teixeira;
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- REIS FILHO, Cassemiro dos. **A revolução brasileira e o ensino**. São Paulo: PUSC-SP (Distribuição interna), 1974b, mimeo, 22p.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998. 20ª edição.
- ROMÊO, José R. Martins *et alii*. Estudos de pós-graduação no Brasil (2004). Disponível no site: <http://www.iesalc.unesco.org.ve/programas/postgrados/Informe%20Postgrados%20-%20Brasil.pdf> (Acesso em: 02/11/2007).
- SUSANA, Arrosa (Org). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

Resumo

Neste artigo, discute-se a implantação da educação no Brasil, desde 1549, com a chegada dos primeiros educadores, os jesuítas, até os dias atuais. Pretende-se, com isso, abordar, principalmente, os momentos em que o ensino superior se manifesta nas cabeças pensantes do País, e os meandros percorridos ao longo de sua história. Os avanços e recuos da educação brasileira sempre foi fruto das políticas e dos interesses das classes governantes. A sociedade, nesse contexto, se coloca apenas como receptora de um ensino forjado para satisfazer a vontade das classes dominantes. Não obstante, o ensino superior, com todas as deficiências existentes, ainda se apresenta como propulsor para o desenvolvimento do Estado.

Palavras-chave: Implantação da educação no Brasil; Ensino superior; Pós-graduação.

Abstract

This article brings a discussion about the implementation of the Brazilian's educational system, from the arrival of the Jesuits (1549) to present days. Our goal is to stress specially on the history of elite's needs for an education on university level in Brazil. Indeed, the backs and forwards in Brazilian's education has always been related to the interests of the classes with political power. In that context, society appears as receptacle of an educational system designed to accommodate that elite's ideology. However, university still represents the main source for the State's development, even though deficiencies seem to be uncountable.

Key-words: implementation of the Brazilian's education; university; postgraduate studies.

Resumen

En este artículo se discute la implantación de la educación en Brasil, desde la llegada de los primeros educadores jesuítas (1549), hasta los días actuales. Sobre todo se pretende percibir cuándo es que la enseñanza superior se manifiesta como necesidad por entre la élite intelectual del País y los caminos recorridos por esa historia. Los avances y recuos de la educación brasileña siempre fué analizada como resultado de las políticas e intereses de las clases en el poder. En ese contexto, la sociedad se presenta como receptora de una enseñanza pensada para satisfacer la voluntad de las clases dominantes. Sin embargo, la enseñanza superior hoydía, con todas sus deficiencias, todavía es vista como impulsadora del desarrollo del Estado.

Palabras-clave: implantación de la educación en Brasil; ensino superior; estudios de posgrado.

Normas para colaboradores

- 1 – Os artigos podem ter entre 15 e 35 páginas, com 30 linhas de 85 toques, fonte Times New Roman 12, espaçamento 1,5.
- 2 – Dar-se-á preferência aos artigos que sejam resultado de estudos de pós-graduação e/ou pesquisas acadêmicas desse mesmo nível.
- 3 – As propostas devem ser enviadas para o endereço eletrônico da revista (integracao@upis.br) e serão submetidas à avaliação do Conselho Editorial.
- 4 – Os artigos devem ser identificados com o nome do autor, sua formação acadêmica e vínculo institucional.
- 5 – O sistema de notas aparecerá no formato “pé de página”.
- 6 – Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, com as respectivas palavras-chave (entre 3 e 5).